

# Os complexos caminhos da luta pela terra entre os Kaiowá e Guarani no MS

Antonio Brand

**Resumo:** Pretende-se, nesse trabalho, analisar alguns aspectos que dizem respeito às iniciativas indígenas de reocupação de territórios dos quais foram expulsos em épocas recentes, relacionando-as ao contexto interno vivenciado especialmente nas reservas ocupadas pelos Kaiowá e Guarani. Entende-se por reservas oito pequenas extensões de terras demarcadas pelo SPI, entre os anos de 1915 e 1928, para usufruto dessa população, perfazendo um total de 18.124 ha. Essas reservas constituíram-se em importante estratégia governamental de liberação de terras para a colonização.

**Palavras-chave:** Kaiowá e Guarani; luta pela terra; Mato Grosso do Sul.

**Abstract:** The intention of this article is to analyse some aspects that refer to indigenous initiatives in the reoccupation of territories from which they were expelled, relating this to the context lived out on the reservations occupied by the Kaiowá and Guarani. The reservations in question are eight extensions of land demarcated by the SPI (Indian Protection Service) between the years of 1915 and 1928, for the usufruct of this indigenous population, totaling 18,124 hectares. These reservations came to constitute an important governmental strategy of liberating land for colonization.

**Key words:** Kaiowá and Guarani; the fight for land; South Mato Grosso.

Prof. Dr. da Universidade  
Católica Dom Bosco e  
Coordenador do Programa  
Kaiowá/Guarani (Projeto  
Integrado – CNPq), Campo  
Grande, MS.

Pretende-se, nesse trabalho, explicitar e submeter à discussão nesse evento alguns aspectos que dizem respeito às iniciativas indígenas de reocupação de territórios, dos quais foram expulsos em épocas recentes<sup>1</sup>, relacionando-as ao contexto vivenciado, especialmente, nas reservas ocupadas pelos Kaiowá e Guarani, no Mato Grosso do Sul. A abordagem tem como referência a concepção de território como um “produto” resultante do “esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar” com determinada parcela do ambiente físico (Little, 2002, p. 3). Remete, portanto, para as “contingências históricas”, vivenciadas por determinada população indígena.

Entre os anos de 1915 e 1928, o Governo Federal demarcou oito pequenas extensões de terra para usufruto dos Kaiowá e Guarani, perfazendo um total de 18.124 ha, com o objetivo de confinar os diversos núcleos populacionais dispersos em amplo território ao sul do atual Estado de Mato Grosso do Sul. Essas reservas, demarcadas sob a orientação do Serviço de Proteção aos Índios, SPI, constituíram importante estratégia governamental de liberação de terras para a colonização e conseqüente submissão da população indígena aos projetos de ocupação e exploração dos recursos naturais por frentes não-indígenas. Ignorou-se, na sua implementação, os padrões indígenas de relacionamento com o território e seus recursos naturais e, principalmente, a sua organização social.

Embora, a partir da década de 1980, o território efetivamente de posse indígena tenha triplicado em extensão<sup>2</sup>, cabe destacar que ainda hoje, de um total de 32.000 pessoas, população estimada<sup>3</sup>, essas reservas abrigam, ainda, hoje, cerca de 26.077, ou seja, 80,2% da população indígena kaiowá e guarani. Percebe-se que, apesar do êxito das iniciativas indígenas voltadas para a recuperação de territórios de aldeias destruídas no decorrer do processo histórico de ocupação da região pelas frentes não-indígenas, não se alterou, significativamente, até esse momento a superpopulação que caracteriza a ocupação das reservas. Objetiva-se, nesse trabalho, analisar alguns vieses que marcam essas iniciativas de reocupação territorial pelos Kaiowá e Guarani, interferindo em seus resultados e perspectivas. Inicialmente, uma breve retomada histórica do processo de confinamento dos Kaiowá e Guarani<sup>4</sup> para, a seguir, destacar aspectos relevantes das iniciativas atuais.

Os Kaiowá e Guarani ocupavam um amplo território situado entre o rio Apa, Serra de Maracaju, os rios Brillhante, Ivinhema, Paraná, Iguatemi e a fronteira com o Paraguai. Agrupavam-se, nesse território, especialmente em áreas de mata, ao longo dos córregos e rios, em pequenos núcleos populacionais, integrados por uma, duas ou mais famílias,

que mantinham entre si inúmeras relações de casamento, tendo à frente os chefes de família mais velhos, denominados de *tekoarwicha* (chefes de aldeia) ou *ñanderu* (nosso pai)<sup>5</sup>.

A aldeia kaiowá e guarani manteve, historicamente, características muito semelhantes, especialmente no que se refere à distribuição, quantidade de famílias e organização social, econômica, política e religiosa. Esses núcleos familiares eram relativamente autônomos, caracterizando-se pela constante mobilidade. Essa mobilidade, ao mesmo tempo em que se constituía em estratégia de manejo ambiental, evitando o esgotamento dos recursos naturais, era também importante recurso para a superação de conflitos internos decorrentes, entre outras causas, de acusações de feitiço e disputa políticas. Ubaldo Castelan, hoje já falecido, perguntado como era a aldeia *antiga*, explica que:

naquele tempo não tem aldeia, porque já esse tudo (mostrando para o horizonte) não tem dono (...) então foi, achou um lugar, lugar bom (...) onde tem muito peixe, rio pra pescar (...) sempre andava parente junto (...) cabeçante é o cacique.

As escolhas por locais para fixar novas aldeias obedeciam a três critérios fundamentais, confirmando os indicativos que nos vêm da bibliografia. Buscam, os Kaiowá e Guarani, para suas aldeias, terras de mata, onde tinha córregos próximos e terras boas para a agricultura. A população desses núcleos era bastante variável, oscilando de 50 a 200 ou mais pessoas em cada aldeia<sup>6</sup>.

As primeiras frentes não-indígenas adentraram pelo território kaiowá e guarani, a partir da década de 1880, após a guerra do Paraguai, quando se instala na região a Companhia Matte Larangeira. Esta Companhia<sup>7</sup>, embora não questionasse a posse da terra ocupada pelos índios, nem fixasse colonos e desalojasse comunidades, definitivamente, das suas terras, foi, contudo, responsável pelo deslocamento de inúmeras famílias e núcleos populacionais, tendo em vista a colheita em novos e por vezes distantes ervais. Interferiu menos, ao que parece, na estrutura social interna dos Kaiowá e Guarani do que as iniciativas posteriores. Tampouco constituíram problema mais sério as primeiras fazendas de gado que no final do século XIX e início do século XX se instalaram nas regiões de campo entre Amambai, Ponta Porã e Bela Vista, pois, como já dito acima, os Kaiowá e Guarani localizavam suas aldeias, preferencialmente, nas regiões de mata.

Dando seqüência ao processo de ocupação do território indígena por não-índios, em 1943, o então Presidente da República, Getúlio Vargas, criou a Colônia Agrícola Nacional de Dourados, CAND<sup>8</sup>, que tinha como

objetivo possibilitar o acesso à terra para milhares de famílias de colonos, migrantes de outras regiões do país. A instalação dos colonos em território indígena provocou de imediato, problemas diversos e graves, pois questionou a presença indígena e impôs a sua transferência para outros espaços. A partir da década de 1950, especialmente, acentua-se a instalação de empreendimentos agropecuários nos demais espaços ocupados pelos Kaiowá e Guarani, ampliando o processo de desmatamento do território<sup>9</sup>. Parte significativa das aldeias é destruída a partir deste período, acentuando-se o processo de confinamento nas reservas. A introdução da soja, a partir da década de 1970, junto com a ampla mecanização da atividade agrícola em toda a região, dispensou a mão-de-obra indígena e provocou o fim das aldeias refúgio nos fundos das fazendas, onde os Kaiowá e Guarani resistiam<sup>10</sup>. Compromete a biodiversidade, substituindo os restos de mata, capoeiras e campos pela monocultura da soja.

Esse processo de perda territorial e conseqüente confinamento em espaços extremamente exíguos de um contingente populacional muito superior ao padrão historicamente conhecido pelos Kaiowá e Guarani<sup>11</sup> impuseram profundas limitações à sua economia, decorrente da inviabilização da itinerância em território amplo e do rápido esgotamento dos recursos naturais, importantes para a qualidade de vida dos Kaiowá e Guarani. Além de dificultar o seu modelo agrícola, o confinamento trouxe desafios novos no que se refere à organização social e religiosa. A vida religiosa exige um grupo familiar que lhe dê sustentação e que hoje é mais difícil. Diziam Hamilton Benitez e Rafael Britez, que “ninguém mais hoje está aprendendo a reza”. Os rezadores estão ficando velhos e ele “cai (...), vai acabando até terminá tudo”. Como conseqüência,

nossa produção não saiu mais bem agora (...), a planta, o milho branco não saiu mais do jeito que saía, não saiu arroz, não saiu mais bem o feijão também não, batata também não, mandioca também não porque a produção não foi mais batizada (...), porque antigo não faltava nada, batizava cada ano, então a produção saía bem (apud Brand, 1997, p. 246).

O comprometimento dos recursos naturais, resultante da perda da terra, retirou as condições necessárias para a sua economia, impondo aos homens indígenas o assalariamento. Provocou a rápida passagem de alternativas variadas de subsistência - agricultura, caça, pesca e coleta - para uma única alternativa, a agricultura e esta apoiada em poucas variedades de cultivares e, mais recentemente, o assalariamento em usinas de álcool<sup>12</sup>. No entanto, mais do que as alternativas econômicas, comprometeu de forma crescente a autonomia interna desses povos por re-

duzir suas possibilidades de decisão sobre essas questões, deixando cada vez um espaço mais reduzido para a negociação a partir de suas alternativas histórico culturais.

Hoje, aldeados, esses núcleos antes autônomos se encontram sobrepostos e geograficamente confinados e “misturados” e sem condições de manter sua organização, assentada em unidades familiares autônomas, com seus líderes que zelavam pela harmonia interna.

Torna-se fácil compreender os complexos problemas relacionados à administração desses novos espaços constituídos pelas reservas. Como já destacado acima, o desafio maior decorrente do processo de perda territorial refere-se às dificuldades em adequar a sua organização social a essa nova situação marcada pela superpopulação, sobreposição de famílias extensas e pelas transformações de ordem econômica. Com a imposição, pelo SPI, da figura dos capitães<sup>13</sup>, estes se sobrepõem aos *tekoaruvicha*, que perdem espaço, vendo reduzidas suas funções de aconselhamento e de articulação das relações pessoais e com o sobrenatural.

No entanto, é importante atentar para o fato de que uma significativa parcela da população indígena atual formou-se no interior dessas reservas, não tendo mais vivenciada a experiência anterior de ampla mobilidade em um território “sem cercas”, tendo como referência o grupo familiar. Adquire relevância especial, nesse contexto, a constatação de que cerca de 55% da população indígena tem idade abaixo de 18 anos, tendo nascido num cenário já marcado pelo confinamento e, portanto, por profundas transformações resultantes do processo histórico acima<sup>14</sup>.

## Os complexos caminhos da luta pela terra

É nesse contexto que se situam as iniciativas indígenas de “retomada” de aldeias destruídas no decorrer do processo de ocupação do seu território por frentes não indígenas. As primeiras ações de recuperação de espaços dos quais haviam sido expulsos, que obtiveram êxito, iniciam-se em 1978, na aldeia Takuaraty-Yvyvkuarusu, localizada no município de Paranhos. Os índios dessa área foram, por diversas vezes, expulsos e transferidos para áreas próximas, porém mantendo-se articulados, sempre retornavam<sup>15</sup>. Quase simultaneamente a população das aldeias de Rancho Jacaré e Guaimbé, localizadas no município de Laguna Caarapã, é transferida, arbitrariamente, para a área indígena dos Kadiwéu, município de Porto Murtinho. Logram retornar às suas terras, dois anos após. Essas duas áreas foram, em 1984, as primeiras a serem reconhecidas,

legalmente, como de posse indígena pelo Governo, após 1928<sup>16</sup>.

Inicia-se, em 1980, a luta dos moradores da aldeia Pirakuá, município de Bela Vista, identificada em 1982<sup>17</sup>, que, embora tenham enfrentado uma longa luta até a demarcação da área ocupada, conseguiram, no entanto, evitar que dela fossem expulsos. Vem, a seguir, a aldeia de Jaguapiré, município de Tacuru<sup>18</sup>, Guasuty, município de Amambaí<sup>19</sup>, Jaguari, município de Aral Moreira (identificada em 1987), Cerrito, município de Eldorado (identificada em 1988), Sete Cerros (identificada em 1987) e Potrero Guasu (demarcada em 2000), município de Paranhos, Jarará, município de Juti (identificada em 1986). Há, ainda, uma série de iniciativas mais recentes de reocupação de territórios, vários deles já identificados, estando os índios apenas parcialmente na posse das áreas. São elas Sucurí'y, município de Maracaju, Cerro Marangatu e Kokue'i, município de Antônio João, Lima Campo, município de Ponta Porã, Takuara, município de Juti, Arroio Cora, município de Paranhos e Ypytã, município de Caarapó<sup>20</sup>.

Numa primeira análise dessas iniciativas<sup>21</sup>, podemos caracterizar duas situações distintas: uma primeira é aquela nas quais a população indígena envolvida na luta ainda lograva, ao menos em seu início, manter em sua posse parcelas da área ocupada (Takuaraty, Pirakuá e Jaguapiré) ou embora expulsos em períodos recentes, o seu contingente populacional encontrava-se articulado e coeso, em reservas indígenas próximas. Encontram-se, nessa situação, especialmente as áreas de Rancho Jacaré, Potrero Guasu, Cerro Marangatu, entre outras. Mas há uma segunda situação, bastante distinta da primeira, caracterizada por aqueles casos nos quais a população indígena já se encontrava expulsa da terra por um longo período, tendo sua população passado por um igualmente longo processo de dispersão por diversas reservas indígenas, encontrando-se hoje bastante fragmentada, mesmo que um "resto" dessa população tenha conseguido permanecer na área de origem até o período recente. Inserem-se, nessa situação, a população de Takuara, município de Juti, expulsa da terra, em 1953; Lima Campo, município de Ponta Porã, região na qual localizavam-se diversos núcleos, sendo as últimas famílias expulsas no decorrer da década de 1970; Ypytã, município de Caarapó, cuja população foi expulsa ainda na década de 1950, entre outras. Percebe-se, nesses casos, a emergência constante de conflitos entre os diversos grupos familiares que se engajaram ou engajam nos momentos iniciais e normalmente mais críticos desses processos de reocupação. Esses conflitos têm se manifestado com mais intensidade após os primeiros enfrentamentos, quando se verifica, em muitos casos,

um período de relativa estabilidade no que se refere à posse da área em litígio<sup>22</sup>. Emergem, então, as disputas pelo domínio desse novo espaço reconquistado. Essas disputas têm provocado desistência de parte do contingente populacional engajado na luta inicial.

A análise dos diversos casos tem permitido concluir que a intensidade desses conflitos está relacionada com a história anterior vivenciada pelos participantes desse processo. Ou seja, os conflitos aumentam naqueles casos nos quais encontram-se envolvidos grupos familiares que já passaram por um longo processo de dispersão e fragmentação e, em diversos casos, com pouca participação na história daquela aldeia em disputa. Portanto, aqueles casos onde não se verifica mais um grupo familiar coeso, capaz de articular e dirigir os processos de reocupação da terra. A análise desses conflitos remete-nos para a situação vivenciada nas oito reservas.

A localização em cada reserva de diversos núcleos antes autônomos<sup>23</sup> e agora subordinados à autoridade de líderes de outros grupos majoritários, representados pelos capitães e sua parentela é, certamente, fator de disputas, constituindo-se a continuidade desse domínio em motivo de constante preocupação e um viés importante para entender as dinâmicas internas nessas reservas. Este é, também, um dos vieses relevantes para compreender os limites, as fragilidades e os desdobramentos de diversas iniciativas de recuperação de territórios, em especial dos conflitos que permeiam esses processos.

A sólida sedimentação de determinados grupos familiares, verificada em reservas, apoiados em amplas políticas de aliança e solidariedade a partir das redes de parentesco e articulações com órgãos públicos e ONGs, diminui, nesses casos, as expectativas de mobilidade política e, conseqüentemente, as possibilidades de recuperação de prestígio e autonomia dos líderes de outros grupos familiares aí localizados e não incorporados ao grupo majoritário. O deslocamento para outras reservas, estratégia amplamente utilizada em períodos recentes<sup>24</sup>, torna-se igualmente problemático frente à superpopulação verificada em todas elas. Resta, então, a esses líderes de grupos familiares, como um dos poucos caminhos possíveis para a reconquista da sua autonomia, a reocupação de territórios de aldeias desalojadas no decorrer do processo de confinamento. Engajam-se, então, ao lado de moradores originários de uma determinada área, no processo de luta pela demarcação desse novo espaço.

Sob esse aspecto a luta pela ampliação das terras entre os Kaiowá e Guarani, embora até esse momento não se tenha traduzido em signifi-

cativa diminuição da população confinada nas reservas, vem desempenhando importante papel na redução dos conflitos vivenciados no seu interior, pois em determinados casos, mais decisivo do que a vinculação histórica, são as possibilidades visualizadas de encontrar aí melhores condições de autonomia de seu grupo familiar. No entanto, a presença desse viés nos processos de recuperação de territórios, ao mesmo tempo em que permite alianças significativas com os líderes maiores das reservas (os capitães), das quais o respectivo grupo está se retirando, parece ser um dos elementos que fragiliza o mesmo processo, pela preocupação dos líderes do movimento de reconquista em submeter o novo espaço recuperado à mesma dinâmica de exclusão e submissão dos grupos familiares não majoritários, mas que, por vezes, são famílias que residiam naquele espaço antes da sua expulsão.

Um outro desafio relevante da luta pela terra entre os Kaiowá e Guarani hoje vem do pouco engajamento das gerações mais jovens<sup>25</sup>, que representam aproximadamente 55% do total dessa população, já “criadas” no interior das reservas demarcadas, que não conhecem e não vivenciam mais a experiência de seus pais, de retirar da terra o sustento para si e seus filhos. Também não vivenciaram, em grande parte, o fenômeno já amplamente destacado por diversos autores (Meliá, Nimuendaju, Viveiros de Castro e outros), do *oguata*, (caminhar, ou do peregrinar) dentro do território toda vez que determinadas condições tornavam indesejável a permanência naquele local. Ou seja, em casos de mal-estar, ou de *doença* dos homens ou da terra, o recurso tradicional parece ter sido o da migração. O deslocamento espacial parece ter sido uma importante estratégia guarani e kaiowá para a superação de conflitos e tensões. E este talvez seja um dos fatores que contribui para o aumento nas violências hoje verificadas em determinadas reservas.

Essas migrações dentro do mesmo território parecem ter sido motivadas, historicamente, pela constante busca de espaços que melhor atendessem as características de uma área de ocupação kaiowa e guarani, em especial, sua organização social. Verificavam-se esses deslocamentos, portanto, quando o espaço anteriormente ocupado não apresentasse mais essas condições. No entanto, as restrições impostas pelo confinamento, o intenso contato com a sociedade envolvente, favorecido pela proximidade dos núcleos urbanos, aliados ao engajamento como assalariados nas usinas de açúcar e álcool, ao aumento do número de índios que freqüentam cursos de ensino superior e ao acesso aos meios de comunicação de massa são alguns fatores que permitem compreender as contradições vivenciadas por essas gerações. Nesse contexto, para as

gerações mais jovens, a terra não tem o mesmo significado que tem para seus pais, razão porque muitos parecem hoje preferir os espaços das reservas que, pela sua localização e infra-estrutura, oferecem uma série de atrativos considerados relevantes. Talvez esse fato permita compreender a crescente opção dos jovens indígenas pelo assalariamento, seja como professores e agentes de saúde, seja como trabalhadores nas usinas de produção de açúcar e álcool, contribuindo, ainda, para a decadência da atividade agrícola nas reservas indígenas. Verifica-se nos cursos com professores indígenas, o desconhecimento dos jovens sobre sua história recente, em especial, o processo de criação das reservas indígenas e posterior confinamento.

Nesse contexto, o êxito da luta pela terra não pode ser dissociado da situação vivenciada nas reservas indígenas, seus conflitos e do fato de que significativa parcela da população jovem desconhece as experiências anteriores de ocupação territorial. Torna-se, portanto, fundamental a ampliação da discussão sobre essa temática, vinculando-se a abordagem do tema não apenas à perspectiva da tradicionalidade da ocupação, de interesse direto das gerações de mais idade, incluindo a memória histórica da presença indígena nessas áreas. Mas, tendo presente, também, os inúmeros conflitos decorrentes da busca de maior autonomia das famílias confinadas e o contexto vivenciado pelos jovens, direcionando as discussões para a construção de alternativas de desenvolvimento, visualizadas e buscadas por essas gerações que se constituem em majorias nas reservas indígenas kaiowá e guarani hoje.

## Notas:

<sup>1</sup> Por período recente refiro-me ao que se estende da década de 1970 até a presente data. Deve-se esse marco divisor ao fato de que é na década de 1970 que se inicia o plantio da soja e a ampla mecanização de toda atividade agrícola regional, provocando a dispensa da mão-de-obra indígena nesses empreendimentos e o término das aldeias refúgio, nos fundos das fazendas, agravando-se o processo de confinamento da população kaiowá e guarani na região.

<sup>2</sup> De 1980 até a presente data, os Kaiowá e Guarani recuperaram 10 novas áreas, perfazendo um total de 21.211 há, hoje já devidamente demarcadas e de posse dos índios. E, de outra parte, outras 10 áreas seguem em processo de reocupação, sendo que os índios, em alguns casos, ocupam pequenas parcelas da terra pretendida.

<sup>3</sup> Segundo levantamentos (Brand, 1997, FUNASA/MS e Agência Formadora/Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul), a relação hectares de terras e população nessas oito reservas é a seguinte: Dourados, com 3.530 ha e 9.062 habitantes, Caarapó, com 3.548 ha e 3074 habitantes, Amambai com 2.429 ha e 4.794 habitantes, Limão Verde com 688 ha e 790 habitantes, Takuaperi, com 1886 ha e

1.939 habitantes, Sessoró, com 1932 ha e 1.834 habitantes, Porto Lindo com 1648 ha e 3.046 habitantes, Pirajuy, com 2188 ha e 1.538 habitantes.

<sup>4</sup> Por confinamento entende-se aqui o processo histórico que se seguiu à demarcação das reservas pelo SPI, de ocupação do território por frentes não-indígenas, forçando a transferência dessa população para dentro dos espaços definidos pelo Estado para a posse indígena. Indica, portanto, o processo de progressiva passagem de um território indígena amplo, fundamental para a viabilização da sua organização social, para espaços exíguos, demarcados a partir de referenciais externos, definidos tendo como perspectiva a integração dessa população, prevendo-se sua progressiva transformação em pequenos produtores ou assalariados a serviço dos empreendimentos econômicos regionais.

<sup>5</sup> Esses termos designavam as chefias de família. Cabiam-lhes atribuições nas esferas política e religiosa. Essas expressões incluem, hoje, as pessoas iniciadas nas práticas rituais e dirigentes de grupos de reza que podem, ainda, ser denominadas, genericamente, de caciques ou rezadores, sendo estes os termos mais recorrentes nas falas dos indígenas.

<sup>6</sup> Informações sobre a população das aldeias kaiowá e guarani a partir dos relatos dos informantes são bastante imprecisas porque, entre outras razões, em muitos casos, essas aldeias quando atingidas pelo desmatamento, já haviam sofrido processos anteriores de dispersão e eventuais reaglutinações populacionais.

<sup>7</sup> A Cia Matte Larangeira instala-se em todo o território ocupado pelos Kaiowá e Guarani, em Mato Grosso do Sul, após a Guerra do Paraguai, tendo em vista a exploração dos ervais nativos, abundantes em toda a região. Antes disso, em 1767, o Governo Português instalara, às margens do Rio Iguatemi, em pleno território kaiowá, o Forte Iguatemi (Povoação e Praça de Armas Nossa Senhora dos Prazeres e São Francisco de Paula do Iguatemi), de curta duração.

<sup>8</sup> A Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) situa-se no contexto da política de “marcha para o Oeste”, tendo em vista ampliar as fronteiras agrícolas mediante a integração de novos espaços.

<sup>9</sup> Segundo João Martins, no município de Naviraí, as derrubadas ocorreram em 1953-54, até 1960, sendo as terras destinadas ao plantio de café. Na região de Nova América, em 1958, também em vista do plantio do café, que foi “fracassando” a partir de 1960, cedendo lugar ao “colonião”, planta exótica, e ao gado. Entre Amambai e Ponta Porã o desmatamento teria ocorrido, segundo este informante, durante a década de 1960.

<sup>10</sup> A liberação de terras, após a criação do Território Federal, provoca uma corrida as mesmas, muito bem descrita por LENHARO (1986a) e FOWERAKER (1982). É um processo de grande violência e desorganização. Segundo FOWERAKER (1982, p. 56) “violência, lei e burocracia se complementam para mediar a luta pela terra na fronteira”. A própria Constituição Estadual é alterada para favorecer interesses específicos de políticos e grupos econômicos do Rio Grande do Sul, São Paulo e a própria Cia Matte Larangeira, na aquisição de terras na região, permitindo pessoas físicas comprarem até 10 mil ha. quando o limite anterior era de apenas 500 ha (1982, p. 150). A especulação e a corrupção foram de tal monta que, segundo FOWERAKER (1982, p. 163), o próprio Departamento de Terras do Estado de Mato Grosso foi fechado por três vezes: em 1950, 1961 e 1966.

<sup>11</sup> A área indígena de Caarapó, uma das oito reservas demarcadas pelo SPI, em 1924, é um bom exemplo desse processo de confinamento. Tem hoje uma população estimada em 660 famílias, perfazendo um contingente populacional superior a 3.000 pessoas, confinada em uma área de terras de 3.600 hectares. Esse contingente populacional é resultante, em parte, da absorção de diversos núcleos que perderam suas terras no decorrer do avanço do processo de colonização, sendo transferidos para essa área indígena. São as aldeias de Taquara, Javevyry/São Lucas, Ypytã, Javorai e outras, cujas terras foram ocupadas por empreendimentos agropecuários.

<sup>12</sup> Cerca de 400 homens, na Reserva de Caarapó, trabalham maior parte dos meses do ano nas usinas de produção de açúcar e álcool, por meio de contratos de trabalho consecutivos de 60 ou mais dias.

<sup>13</sup> O termo capitão refere-se às autoridades indígenas estabelecidas em cada uma das reservas indígenas, por iniciativa do SPI, com a função intermediadora entre a população indígena e os representantes do órgão oficial. A mesma denominação passou a ser utilizada para designar as lideranças principais das aldeias. Ver sobre isso Brand, 2001.

<sup>14</sup> Segundo Paz Grünberg (em palestra proferida em Dourados, em 2003), há mecanismos tradicionais que, nas reservas, não funcionam mais suficientemente bem enquanto que os novos ainda não estão sedimentados. Um caso exemplar, citado pela pesquisadora, refere-se exatamente aos processos de escolha dos capitães que vêm sendo realizados através do voto direto. Ao contrário dos processos tradicionais de decisão, centrados no diálogo e na construção do consenso, a eleição gera grupos não contemplados, que se isolam ou fazem oposição, com significativo potencial de agressividade.

<sup>15</sup> Os índios dessa área foram expulsos de parte das terras (Fazenda Laranjal), pela primeira vez, em 1976. Os proprietários da fazenda queimaram, na ocasião, casas e lavouras dos índios. Em 1979, uma primeira comissão da FUNAI vem à região para realizar o levantamento antropológico, concluindo tratar-se de área indígena. Diversas outras comissões se sucedem a essa primeira, sendo que a 4<sup>ª</sup> Comissão efetua a transferência dos cerca de 100 índios, dispersando-os pelas diversas reservas da região (Informativo, CIMI Regional MS, nº 15, novembro de 1980). A área foi identificada em 1984.

<sup>16</sup> Um total de 114 índios kaiowá foram transferidos, dia 13 de setembro de 1978, pela Cia Matte Larangeira, em articulação com a FUNAI, para a área indígena dos Kadiwéu, município de Porto Murtinho, MS. Um ano antes, 26 índios já haviam sido transferidos para o Paraguai, por iniciativa dos proprietários da Fazenda Maciel Kue. Outros tantos fugiram. Por interferência do Consulado Brasileiro em Pedro Juan Caballero, conseguiram retornar no mesmo ano (ver Relatório da Ordem de Serviço n. 87/9) DR/77, datada de 23 de agosto de 1977 e assinado por Miguel Protásio de Freitas e Luiz Rogério Pereira, chefes de posto de Caarapó e Taquapery, respectivamente).

<sup>17</sup> Quando da realização do primeiro levantamento dessa aldeia, encaminhado à FUNAI, em agosto de 1980, residiam nessa área um total de 96 pessoas.

<sup>18</sup> Estes índios foram, também, expulsos, em 1988, já no decorrer do processo de luta pela regularização fundiária da área que ocupam. Essa área foi identificada em 1985.

<sup>19</sup> Foram despejados em janeiro de 1992, retornando um mês após, sob proteção policial (ver Relatório do CIMI Dourados para a Assembléia Regional do CIMI-MS, 22/23 de abril de 1993). Essa área foi identificada em 1987.

<sup>20</sup> Há, ainda, diversos outros grupos indígenas que embora fora de suas áreas, seguem unidos e articulados em torno de seus grupos familiares, esperando, aparentemente, por um momento “oportuno”, em sua lógica, para migrar em direção às suas aldeias das quais foram expulsos. Cabe registrar a recente iniciativa da população indígena da reserva de Porto Lindo, município de Japorã em reocupar o Yvykatu, área contígua à reserva.

<sup>21</sup> Não incluí aqui a área indígena de Panambizinho, município de Dourados, localizada na área de abrangência da CAND e demarcada em 1995, com 1240 ha, sendo que os índios sempre se mantiveram de posse de um total de 60 hectares. Em situação semelhante estão os índios da área de Panambi, município de Douradina, também dentro da área de abrangência da CAND, que seguem com a posse de aproximadamente 280 ha.

<sup>22</sup> Tem tornado-se prática corrente na região que após a ocupação de determinada área pelos Kaiowá e/ou Guarani, negociar-se um “acordo”, segundo o qual os indígenas permanecem na posse de um pequeno lote de terras, enquanto esperam a decisão final do processo na justiça. Encontram-se nessa situação as áreas de Potrero Guasu, Cerro Marãgatu, Panambizinho e Sucury´u (as tres primeiras áreas já se encontram identificadas e/ou demarcadas, estando, essa última, inclusive, já homologada), Takuara, Lima Campo, Arroio Korá e Kokue´i, em processo de identificação.

<sup>23</sup> Como já destacado acima, com o avanço do processo de colonização, quase uma centena de aldeias foi desalojada dos seus espaços e seus moradores confinadas dentro das reservas.

<sup>24</sup> São de diversas ordens as razões que levavam, historicamente, ao abandono de determinado espaço ou à busca de um outro espaço para construir novas aldeias dentro do território. Ressaltam, porém, como mais recorrentes, segundo depoimentos indígenas, os desentendimentos internos, práticas de feitiço e as doenças como justificativas para o abandono de determinadas aldeias, junto com o desgaste da terra e o esgotamento de seus recursos naturais e, portanto, das condições de vida.

<sup>25</sup> Considero aqui como geração mais jovem aquela com idade até 18 anos.

## Referências bibliográficas

AZCONA, Jesus. *Antropologia II - a cultura*. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 1993.

BRAND, Antonio. *O impacto da perda da terra sobre a tradição kaiowá/guarani: os difíceis caminhos da Palavra*. 1997. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

\_\_\_\_\_. *O confinamento e o seu impacto sobre os Pãi/Kaiowá*. 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.

\_\_\_\_\_. “Quando chegou esses que são nossos contrários” – a ocupação espacial e o processo de confinamento dos Kaiowá/Guarani no Mato Grosso do Sul. In: *Multitemas*, Campo Grande, UCDB, n. 12, p. 21-51, nov. 1998.

\_\_\_\_\_. “O bom mesmo é ficar sem capitão”: o problema da administração das Reservas Indígenas kaiowá/guarani no MS. Trabalho apresentado na II Jornada de Produção Científica das Universidades Católicas do Centro-Oeste, realizada em Brasília, de 26 a 28 de out. 1998.

\_\_\_\_\_. Autonomia e globalização, temas fundamentais no debate sobre educação escolar indígena no contexto do Mercosul. *Série-Estudos*, periódico do Mestrado em Educação da UCDB, Campo Grande-MS: UCDB, n. 7, p. 7-20, abr. 1999.

CAMPESTRINI, Hildebrando; GUIMARÃES, Acyr V. *História de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande/Brasília: [s.n.], 1991.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia Moderna. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global, 1987. p. 227-267.

GUARINELLO, Norberto Luis. *Memória coletiva e história científica*. Conferência proferida no I Congresso de Ciências Humanas das Universidades Federais de Minas Gerais. São João Del Rei, maio de 1993.

FLOWERAKER, Joe. *A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil*. Tradução de Maria J. Goldwasser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

KOENIGSWALD, Gustav. Die Cayuas. *Globus*, Braunschweig, n. XCIII, p. 376-381, 1908.

LENHARO, Alcir. A terra para quem nela não trabalha (a especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 47-64, mar./ago. 1986a.

\_\_\_\_\_. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1986b. (Série Pesquisas).

LIMA, Antônio C. *Um grande cerco de paz: poder tutelar e indianidade no Brasil*. 1992. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro/PPGAS, Rio de Janeiro, 1992.

LITTLE, Paul. Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. In: *Tellus*, Campo Grande: UCDB, ano 2, n. 3, p.33-52, out. 2003.

\_\_\_\_\_. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Brasília, 2002. datilografado, 30 p.

MARTINS, José de Souza. *Não há terra para plantar neste verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

MELIÁ, Bartomeu; GRÜNBERG, Georg; GRÜNBERG, Friedl. *Los Pãi-Tavyterã-Etnografía Guaraní del Paraguay contemporáneo*. Asunción: Centro de Estudios Antropológicos, Universidad Católica “N. S. de la Asunción”, 1976.

MONTEIRO, Maria Elisabeth B. *Levantamento histórico do grupo indígena Kayoá*. Realizado por determinação do Diretor do Departamento Geral do Patrimônio Indígena (DGPI)/Funai-Brasília, 1981.

Relatório Índios Caiuás, do auxiliar Pimentel Barboza, apresentado ao Dr. Inspetor Antônio Martins Viana Estigarribia, da I. R. 5º, de 1923 (Museu do Índio, Rio de Janeiro, RJ).

Relatório do auxiliar Pimentel Barboza, ao Sr. Dr. Antônio Martins Viana Estigarribia, Inspetor do SPI I.R. 5º, de 1927 (Museu do Índio, Rio de Janeiro, RJ).

SCHADEN, Egon. *Aspectos fundamentais da cultura Guarani*. São Paulo: Pedagógica/USP, 1974.

VIETTA, Katya. “Não tem quem orienta, a pessoa sozinha é que nem uma folha que vai com o vento”: análise sobre alguns impasses presentes entre os Kaiowá/Guarani. In: *Multitemas*, n. 12, p. 52-73, nov. 1998.

WICKER, Hans-Rudolf. *Taraju: enfermedad de los dioses que lleva al suicidio*. Assunção, datilografado, 1996.